

## **EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E REORDENAÇÃO TERRITORIAL**

**Fabiano André Marion<sup>1</sup> – Universidade Federal de Santa Maria**  
fabianomarion@mail.ufsm.br

**Fernanda Dalosto Moraes<sup>1</sup> – Universidade Federal de Santa Maria**  
nanda@mail.ufsm.br

**Helder Renato Naimayer Vieira<sup>1</sup> – Universidade Federal de Santa Maria**  
heldersaoborj@hotmail.com

**Renata Ferrari<sup>1</sup> – Universidade Federal de Santa Maria**  
renatageo2003@yahoo.com.br

**Anderson Luís Ruhoff<sup>2</sup> - Universidade Federal de Santa Maria**  
andersonruhoff@yahoo.com.br

### **1. Introdução**

Muitas áreas até então preservadas ou pouco utilizadas, com espaços pouco integrados a produção, passaram a sofrer, intensas transformações em seus territórios e uma nova dinâmica econômica. Essas áreas serviram, pois, à expansão da fronteira agrícola no Brasil, produto da modernização da agricultura e do fluxo de migrantes, principalmente sulistas, resultando numa reordenação territorial e alterações no arranjo espacial anteriormente existente, dando-lhes uma nova configuração identitária. Essa expansão, quando ligada a fluxos migratórios acaba transformando não só o meio ambiente e a economia local, mas também a cultura, através de uma nova configuração proporcionada por esses migrantes.

No Rio Grande do Sul, que recebeu uma forte carga de imigrantes europeus e a instalação destes em colônias, deparou-se com o passar dos anos, com a insuficiência de terras frente ao autocontingente populacional e a substituição do modo de produção. Esses que já haviam ocupado áreas além das colônias de imigração, que com o passar dos anos já não foram mais suficientes, seus descendentes, já com identidade de “gaúchos”, sentiram a necessidade do deslocamento a outros estados brasileiros, gerando então esse fluxo intra-regional denominado de “diáspora gaúcha”, sendo o Cerrado na década de 70, uma das principais áreas de absorção desse fluxo e conseqüentemente da expansão da fronteira agrícola, uma vez que o mesmo corresponde à área ecologicamente mais apropriada para o cultivo da soja, carro chefe da atividade desses migrantes.

Dessa forma, objetiva-se nesse trabalho investigar as causas e conseqüências da expansão da fronteira agrícola difundida pelos “gaúchos”, assim como os motivos que os levaram a migrarem e suas conseqüências na reordenação territorial na ocupação dessas áreas abrangidas pelo processo conhecido como a “diáspora gaúcha”.

### **2. Referencial Teórico**

#### **2.1 Território e identidade**

---

<sup>1</sup>Autores Acadêmicos do Curso de Geografia - Dep. Geociências/CCNE/UFSM

<sup>2</sup>Professor Orientador - Dep. Geociências/CCNE/UFSM

A chegada de novos grupos sociais, ocasionada por migrações, proporciona uma nova configuração territorial, gerando mudanças de cunho estrutural, cultural, econômico e social. Com a chegada dos migrantes vindos do sul do Brasil, alteram-se as características até então presentes na área, através da apropriação deste espaço, ocorrendo então uma transposição geográfica de identidade, através de novas características provenientes de aspectos sócio-culturais trazidos por uma população com uma formação populacional bastante diferenciada das áreas interioranas do Brasil norte e central.

A abordagem do território conforme Ratzel *apud* Suertegaray (2000) “vincula-o ao solo, como espaço ocupado por uma determinada sociedade”.

Para Raffestin (1993, p.143), “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço”.

Desse modo, o território trata do espaço geográfico a partir da concepção que privilegia o político ou a dominação/apropriação (Suertegaray 2000).

Se o espaço impõe aos homens suas condições, mas se os homens o transformam e o recriam, a esta recriação deve-se reconhecer como território, posto que ela se dá através da apropriação. Apropriar-se de espaço é apropriar-se de suas condições, propriedades e características e colocá-las sob um domínio determinado. Desse modo é possível separar grupos, impossibilitar acessos, restringir recursos, etc. (Heidrich, 2002, p.74).

Assim, quando um grupo social, ao delimitar e se apropriar do seu espaço, impõem uma certa ordem interna sujeita as formas de poder, cultura e reprodução social. A vida das regiões segue, muitas vezes então, se contrapondo a uma territorialização identitária, que lhe aparece como externa. (Heidrich, 2002).

Para Haesbaert (1999, p 175), toda a identidade “só se define e se faz mais evidente em relação a outras identidades, numa relação complexa de escalas territoriais e valorações negativas e positivas”. Em uma perspectiva geográfica a compreensão da identidade de um grupo diante do seu espaço, se dá em uma interação entre as escalas local, regional, nacional, em uma relação de semelhança ou de igualdade. A identidade pode ser analisada a partir dos conceitos social e cultural. O social aqui diz respeito às relações de produção, de exploração, de dominação que os grupos mantêm entre si dentro de um mesmo conjunto – etnia, lugar, região, nação – e para com outros conjuntos, e o cultural, nada mais é do que o próprio social considerado sob o ângulo dos diferentes comportamentos individuais dos membros deste grupo, bem como suas produções originais.

## 2.2 Remonte histórico das migrações

A chegada dos açorianos em 1752 e dos imigrantes europeus não-lusos a partir de 1824 (principalmente alemães, italianos e poloneses) marcou o início da exploração agrícola no Estado do Rio Grande do Sul.

Para diversificar a produção agrícola, inserir novas técnicas de produção e ocupar definitivamente o território do Rio Grande do Sul, o Governo Imperial criou colônias de imigrantes europeus não-lusos no sul do Brasil, sob o regime da pequena propriedade, baseada na policultura e com o comércio dos

excedentes. Essa fase foi marcada pela necessidade do governo de criar uma classe média capaz de desenvolver a policultura, para abastecer as cidades em expansão e os exércitos em campanha. (FORTES, 1981).

Com o passar dos anos esses migrantes acabam inserindo alguns hábitos da cultura local e quando seus descendentes passam a migrar esses não usam mais a identidade de europeus e sim de gaúchos. Assim no início do século XX inicia-se a marcha pelo oeste, dando início a grande “diáspora”.

...uma grande “diáspora”, iniciada com a própria imigração européia para o sul do Brasil no século passado e que foi gradativamente se expandindo por áreas de mata (e, hoje, de cerrado) no oeste de Santa Catarina e Paraná (anos 30 e 40), Mato Grosso do Sul (anos 50 e 60) e Amazônia (anos 70). Trata-se de uma expansão capitalista explicada ao mesmo tempo pela concentração de terras no sul do país, que com os latifúndios “fechou” a fronteira de ocupação; pela excessiva divisão dos minifúndios na área de colonização ítalo-germânica e, de um ponto de vista cultural, por uma espécie de mito de desbravador e de uma superioridade assumida por muitos descendentes de imigrantes, sempre em busca de “novas fronteiras” para “colonizar”. (Haesbaert, 1996, p.392)



Figura 1: A “diáspora gaúcha”.

Fonte: Haesbaert, 1997.

No início do processo, a madeira assume um grande valor comercial e grande partes dos “gaúchos” instalaram madeireiras e transportaram este recurso florestal pelo rio Uruguai até a Argentina, sendo a natureza desde os primórdios da marcha, fonte de trabalho a partir da apropriação deste recurso. A partir deste desflorestamento desenvolvem então a agropecuária, adaptando-se ao novo Estado que possui (ia) características semelhantes às áreas antes ocupadas por eles no Rio Grande do Sul.

Ainda, a “diáspora gaúcha” não se limitou a Santa Catarina. Em meados a década de 50, partiram ao Paraná, onde apesar das dificuldades transformaram principalmente o oeste e sudoeste deste Estado em uma das áreas mais desenvolvidas economicamente do Brasil, sendo nessa época o sudoeste do Paraná considerado o eldorado da migração “gaúcha”.

Conforme Haesbaert (1997), a década de 70 representou o grande *boom* na expansão gaúcha pelo interior do país, tanto pelo agravamento da concentração de terras no Sul e pelos programas estatais geoestratégicos estimulando a ocupação da Amazônia, quanto pelos investimentos em tecnologias agrícolas que estimularam a agricultura, especialmente de soja, nos cerrados<sup>3</sup>. A presença de “gaúchos” transformando cidades já estruturadas (como Rondonópolis, MT, e Rio verde, GO) ou criando novas (Alta Floresta, Canarana, Sorriso) revela-se constante na região Centro-Oeste.

Gradativamente, áreas mais distantes vão sendo incorporadas pela “diáspora”; a Chapada dos Parecis, no Mato Grosso; Rondônia; o Sudeste do Amazonas, o Leste do Acre e até os distantes Cerrados de Roraima, onde se começa a penetrar em território venezuelano. Nos anos 80, a organização dos sem-terra dá origem a projetos governamentais polêmicos de transferência dirigidas de colonos do Sul da Amazônia (Projeto Lucas do Rio Verde, em 1982, para os sem-terra de Ronda Alta, RS) e força a pressão sobre fronteiras internas dos latifúndios na própria região de origem, principalmente a partir do fracasso de muitos desses projetos e o retorno de colonos à suas áreas de origem (SANTOS, 1993).

Assim, surgiu a migração inter-regional dos “gaúchos” que além do exposto anteriormente é explicada pela mecanização da agricultura, que gerou o desemprego na zona rural, juntamente com o processo de concentração de terras que acompanhou a modernização da agricultura e pelo esgotamento da estrutura fundiária do estado do Rio Grande do Sul, que dificultou o acesso a terra e impossibilitou à população rural a prática da agricultura em sua própria região de origem. Como os gaúchos querem continuar a viver como agricultores, eles fazem a opção pelo deslocamento e passam a desenvolver esta atividade em outras regiões do país. Neste sentido é imprescindível destacar que:

... a expansão da fronteira agrícola parece estar vinculada à necessidade de aumentar a produção agrícola com baixo coeficiente de capitalização, de modo a não perturbar a acumulação urbano-industrial; o aumento da produção foi, então, conseguido pela expansão horizontal da ocupação do território, sob uma forma de acumulação primitiva estrutural em que se expropria o excedente criado pela posse transitória da terra por trabalhadores rurais ou pequenos produtores. (Oliveira, 1972).

---

<sup>3</sup> Os Gaúchos chegaram aos cerrados do Mato Grosso (Chapadão do Sul, MS, e Canarana, MT) em 1972, no sul de Goiás por volta de 1975 e no noroeste mineiro (Serra dos Gaúchos) em 1977. Vários locais, como Serra dos Gaúchos, trazem no próprio nome a identidade com o sul. Vários locais, como Serra dos gaúchos, trazem no próprio nome a identidade com o sul: Chapadão do Sul – ainda hoje mais conhecida como Chapadão dos Gaúchos, no MS; Porto dos Gaúchos, Gaúcha do Norte, Porto Alegre do Norte e Paranaíta, no MT. (Haesbaert, 1997)

Num primeiro momento da “diáspora”, o deslocamento fez-se por trabalhadores descapitalizados, deslocados pela retração do nível de emprego visualizada pela redução da mão-de-obra frente à modernização da agricultura e somente após por produtores rurais.

### 2.3 Expansão das fronteiras e modernização da agricultura

Todo esse processo desencadeou sobre esses lugares antes pouco integrados a produção, uma ampliação extraordinária da superfície agrícola, tanto da incorporação de novas áreas aos estabelecimentos rurais quanto da redução dos níveis de ociosidade das terras nas áreas de ocupação, sendo as regiões que receberam esses migrantes as principais beneficiadas.

Segundo Mesquita & Silva (1988), das áreas incorporadas aos estabelecimentos rurais durante a década de 70, a região Centro-Oeste foi a grande beneficiada principalmente o Estado do Mato Grosso (com exceção da sua porção sudeste), o Centro-Oeste de Goiás e o extremo meridional do Mato Grosso do Sul. Outras áreas foram Rondônia, sul do Amazonas e leste do Pará.

Na década de 70, o norte do Mato Grosso, que foi uma das áreas que mais recebeu migrantes da diáspora teve segundo Mesquita & Silva (1988), 1/3 de suas terras ocupadas com estabelecimentos rurais, resultado de um intenso processo de apropriação de terras por parte de empresários do sul e sudeste e por cooperativas, enquanto empresas capitalistas, que implantaram projetos de colonização para os quais é drenada a massa de pequenos produtores sulistas deslocados pela transformação técnico-produtiva ocorrida na Região Sul.

A modernização a partir de Max Weber é vista como um processo concreto desencadeado principalmente pelo capitalismo e que reúne um conjunto cumulativo e interativo de processos ligados à formação de capital e mobilização de recursos, ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho, ao estabelecimento de poderes políticos centralizados e a formação de identidades nacionais, a expansão de direitos de participação política, de formas urbanas de vida e de formação escolar formal, (...) a secularização de valores e normas, etc. (Habermas, 1990, p. 14).

O padrão espacial da expansão da área de culturas temporárias ressalta a grande importância do crescimento em terras do Centro-Oeste e, mais especificamente no estado de Mato Grosso, na porção ocidental do centro e sul de Goiás e num eixo sul-norte no Estado do Mato Grosso do Sul.

A expansão das lavouras temporárias no Centro-Oeste representou, fundamentalmente, a vertente produtiva da extraordinária expansão espacial da agricultura aí verificada, desenvolvida principalmente pelos produtores “gaúchos”. No caso particular do cultivo da soja, significou, ainda, a disseminação da tecnologia moderna registrada, de forma acelerada, após 1975, quando o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO<sup>4</sup>) foi implantado, drenando recursos para o crescimento do Centro-Oeste, através do aproveitamento dos Cerrados, até então destinados, praticamente, à pecuária extensiva. Todo esse aumento é em grande parte explicado pela intensa

---

<sup>4</sup> POLOCENTRO: Elaborado pelo Ministério do Interior através da Superintendência do Desenvolvimento de Centro-Oeste-Sudeco, tinha como objetivo promover o desenvolvimento rural das áreas de Cerrados do Brasil Central com a realização de uma grande plano de obras entre os anos de 1975 e 1977.

mobilidade espacial da mão-de-obra, que se acentuou à medida que se consolidavam os processos de mudança técnica e de alargamento da ocupação do território. Durante a década de 70, a retração do nível de emprego, visualizada através da redução da mão-de-obra, representada pela modernização da agricultura mostra-se como exemplo vivo na região sul do Brasil. Sendo assim:

(...) as áreas do Sul do País que transformado seu nível técnico-produtivo, através da passagem da policultura colonial, com base na tração animal para o cultivo mecanizado da soja, viram reduzidas as possibilidades de absorção do trabalho humano no processo produtivo. Fluxos de trabalhadores rurais, num primeiro momento, e de produtores rurais, em momentos subseqüentes, passam a se dirigir a áreas do Centro-Oeste e do Norte, alimentando formas de ocupação dirigida ou espontânea do território de fronteira agrícola... (Mesquita & Silva 1988 p.112)

A “diáspora gaúcha” também acabou atingindo os Cerrados nordestinos, a partir do final da década de 70 e início da década de 80, principalmente no oeste da Bahia, sul do Piauí e do Maranhão. Neste processo de expansão agrícola não foi reproduzido o mesmo padrão sócio - espacial das fronteiras de expansão capitalista da década de 70 no Centro-Oeste e Norte do país, pois houve o desenvolvimento de projetos geopolíticos e econômicos específicos capitaneado pelo Estado, aliado e/ou referendado pelo relativamente farto capital financeiro internacional e as empresas transnacionais.

Nos Cerrados nordestinos destaca-se a homogeneidade da atividade econômica dominante, a soja, num processo de modernização com altas produtividades. Neste sentido:

A especificidade da modernização capitalista nos cerrados nordestinos prendeu-se, entre outros, ao fato de que não contou com um Estado forte, direcionador da expansão capitalista, como nos anos 70, pois este já vivia a crise econômica e de gestão desencadeada pelas políticas de endividamento, desperdício e decisões autoritárias que marcaram o regime militar. O que não significa, contudo, que o Estado estivesse ausente ou tivesse um papel inexpressivo, como alegam os empresários, pois o principal fator que levou esses capitalistas para o cerrado do Nordeste foram os créditos subsidiados (em área da Sudene), sem falar nos investimentos estatais em novas biotecnologias (via Embrapa) que viabilizaram altos lucros com o plantio de soja nos cerrados (Haesbaert, 1997, p. 134).

A entrada do capitalismo naquela área se dá então num período em que novas tecnologias, muito poderosas em sua capacidade de transformação do espaço, juntamente com a hegemonia do capital financeiro, altamente especulativo numa economia inflacionária, promovem uma desterritorialização muito mais rápida e ao mesmo tempo mais instável do espaço agrário e urbano. (Haesbaert, 1997).

### **3. Metodologia**

Para a realização deste trabalho considerou-se como método de estudo o método dialético, por este estudar a transformação, a reorganização e a dinâmica do espaço. Assim, tanto a sociedade como a natureza estão organizados, interligados entre si, e em constante reorganização impostos pelos movimentos e mudanças que ocorre no espaço geográfico.

Os procedimentos consistiram primeiramente em realizar uma pesquisa nas fontes primárias através de uma revisão bibliográfica que envolva expansão das fronteiras agrícolas e a reterritorialização

espacial difundida pelos “gaúchos”, ao longo do Brasil, desde o séc XX, através de um estruturalismo histórico.

Posteriormente, realizou-se entrevista aberta com pessoas conhecidas dos pesquisadores, que foram personagens desse processo, mais conhecido como a “diáspora gaúcha”, onde estes relataram as suas experiências nessas novas áreas das fronteiras agrícolas ao longo do Brasil, assim como os motivos que os levaram a migrarem.

Também foi assistido ao documentário intitulado “A Conquista do Oeste” que nos proporcionou uma visão de como o tema é tratado pela mídia, que expõe depoimentos de pesquisadores de várias áreas do meio científico, além de depoimentos de “gaúchos” que realizaram esse processo de deslocamento para novas áreas.

#### **4. Resultados**

Após um breve relato sobre a expansão da fronteira agrícola e a reordenação territorial, mais conhecida como “diáspora gaúcha”, pôde-se conhecer um pouco mais de como ocorreu esse processo em direção a outras regiões brasileiras. Constatou-se que foram, na maioria pequenos produtores que se aventuraram na conquista de novas áreas em busca de maior produtividade em terras que ainda não haviam sido ocupadas, principalmente com a produção de grãos (soja) e com a atividade pecuarista, sendo que no Rio Grande do Sul não havia mais áreas que comportassem uma expansão agrícola. Isso tudo teve como consequência, uma grande devastação de biomas nessas novas áreas incorporadas a expansão agrícola.

Esta expansão da fronteira agrícola ao longo do Brasil foi incentivada por financiamentos de crédito do Banco do Brasil, de Cooperativas e Programas que foram oferecidos aos produtores para que colonizassem essas áreas ainda pouco integradas a produção, aumentando assim a produção agrícola interna do Brasil.

Entre os fatores já conhecidos e citados pelos pesquisadores que motivaram as migrações, gerando a conhecida “diáspora gaúcha”, em uma entrevista<sup>5</sup> um novo fator foi relatado como crucial: o desgaste do solo e conseqüentemente a baixa produtividade como foi exposto por um migrante gaúcho que na década de 70 instalou-se em Canarana MT: “Eu lavrava muito minhas terras e a cada ano que passava aumentava a quantidade de pedras na lavoura e a produção diminuía e outras terras no Rio Grande estavam muito caras”.

Além do mais, consta-se que foram principalmente imigrantes europeus que haviam colonizado o Rio Grande do Sul, que realizaram essa migração inter-regional, e que ao migrarem assumiram a identidade de “gaúchos”, assim como muitos de seus costumes. Em uma publicação do Consulado alemão sobre sesquicentenário da imigração, essa identidade é bem enfocada:

...os imigrantes, a partir de 1824, e depois os descendentes em terceira, quarta e quinta gerações, fizeram uma verdadeira marcha pelo Brasil. Atravessando o rio Uruguai, ocuparam o oeste catarinense, depois o oeste do Paraná, o Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e hoje já alcançaram Rondônia, onde olhos azuis e cabelos loiros mais a língua alemã falam do Rio Grande do Sul com saudade enquanto tomam o inseparável chimarrão. (Muller 2004, p.18)

---

<sup>5</sup> Entrevista realizada com o Sr. Oflilio Puntel em 25 de julho de 2005

A migração é associada aos descendentes de alemães assim como mostra-se a identificação desses descendentes de europeus com a cultura e os costumes da Campanha tidos como de gaúchos, assim como ao enfocarmos a espacialização da “diáspora gaúcha” no interior do país é imprescindível destacar a sua irreverência à terra natal, onde o “gaúcho” (re) cria o arranjo da terra conquistada e a territorializa com suas referências identitárias como os costumes (chimarrão, bombacha, a música sulina, a rádio gaúcha, o churrasco, o vinho), a tradição (laços familiares, CTG – Centro de Tradição Gaúcha) e a origem étnico-religiosa européia (italo-germânico/ católico-luterana). Dessa forma não há vinculação entre classe social e identidade, prevalecendo à solidariedade identitária representada na difusão de CTGs espalhados pelo interior do país, numa rede que está fortalecida economicamente nas cooperativas e empresas com sede no Sul e a política do voto exclusivo aos candidatos “gaúchos”, ou “voto identitário”. Assim, o processo migratório inter-regional recria a identidade territorial de diferentes grupos sociais, consolidando movimentos de base popular, num novo regionalismo que valoriza os símbolos identitários (tradição, cultura, valores, língua, religião), rompendo com a tradição latifundiária e desenvolvimentista do velho regionalismo. Essa identidade é recriada no lugar em que desbravam e territorializam, sobrepondo-se muitas vezes à cultura local.

Nesses locais, cria-se também uma espécie de rede regional através da instalação de filiais de empresas sulistas, que ao contratarem seus funcionários privilegiam “gaúchos” ou descendentes dos mesmos, assim como a presença de profissionais nas áreas da saúde e educação e também religiosos, trazidos do sul para o atendimento nos novos núcleos urbanos, onde muitas vezes a naturalidade é garantia de emprego.

Dentro da questão da mídia, a Rede Brasil Sul de Televisão (RBS), afiliada da Rede Globo, através de um documentário que foi apresentado sob forma de mini-série, passa a valorização e engrandecimento do “gaúcho”, onde ele é colocado como desbravador, valente e pioneiro, sendo que em nenhum momento o documentário fala da questão ambiental, onde o “gaúcho” foi um dos grandes responsáveis pela devastação nas áreas que sofreram esse processo, como observado nesse trecho do documentário:

Já na década de 50 gaúchos dirigiam-se para o Centro-Oeste com sua própria bravura e coragem, enfrentando grandes desafios e perigos presentes na natureza, além da falta de incentivos financeiros (DVD, A Conquista do Oeste, RBS 2004).

Um dos grandes problemas associados a essa intensificada ocupação dessas novas áreas é a questão ambiental, uma vez que os gaúchos “destruíram” o Rio Grande do Sul e passaram a utilizar as mesmas técnicas utilizadas para o desbravamento desses biomas até então preservados ou pouco utilizados. Um dos exemplos mais marcantes é a devastação dos Cerrados para o aumento das lavouras de soja e a substituição dessa vegetação por pastagens para o desenvolvimento da atividade pecuarista intensiva.

Além disso, é preciso destacar que todo o quadro natural da Floresta Amazônica com a intensificação dos deslocamentos migratórios para o centro-norte do Brasil, com maior ênfase a “diáspora gaúcha”, encontra-se em processo de degradação, onde um dos mais graves problemas foi e continua sendo o



desflorestamento ocasionado principalmente pela ocupação acelerada deste espaço, com a introdução pecuarista e agrícola além da mineração, atividade esta muito prejudicial ao meio ambiente da região e que tem grande expressividade enquanto atividade econômica da Amazônia, que atualmente é considerada a última fronteira agrícola.

## 5. Referências bibliográficas

- A Conquista do Oeste. Direção de Joice Bruhn, Rafael Figueiredo e Rubens Bandeira. Porto Alegre: RBSTV, 2004. DVD duplo, son., color.
- FORTES, A. B. **Compêndios da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina, 1981. 115p.
- HEIDRICH, A. L. Espaço território e cidadania. **CAESURA – Revista Crítica de Ciências Sociais e Humanas**. Canoas, n. 21, jul./dez. p. 73-76, 2002 – Especial Geografia.
- HABEMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. Lisboa: Dom Quixote, 1990. 134 p.
- HAESBAERT, R. “Gaúchos” e baianos no “novo” nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L.; **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p 367 – 419.
- \_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Rio de Janeiro: Niterói, 1997. 293 p.
- \_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDABL, Z. **Geografia cultural - manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. da UERG, 1999.
- MESQUITA, O. V.; SILVA, S. T. A Agricultura Brasileira: questões e tendências. In: **Brasil: uma visão geográfica nos anos 80**. Rio de Janeiro: IBGE. 1988. p. 87-125.
- MÜLLER, T. M. 1824 Antes e depois: o Rio Grande do Sul e a Imigração alemã. **Consulado Geral da República Federal da Alemanha**. Nova Petrópolis: Amstad, 2004. 24p.
- OLIVEIRA, F. 1972. **A economia brasileira, crítica à razão – dualista – CEBRAP**.
- \_\_\_\_\_. **Elegia para uma re (li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 95 p.
- RAFFESTIN, C. O que é território? In: RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, W. G. **Razões da desordem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. 120 p.
- SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, R. **Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p 67 – 93.